



IDEIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

QUANDO AS AUTORIDADES LOCAIS FRACASSAM: O CASO DO REASSENTAMENTO NA COMUNIDADE DE MUALADZI, DISTRITO DE MOATIZE, PROVÍNCIA DE TETE

Gerson Bacar Selemene¹

Introdução

Desde 1895, a província de Tete tem sido centro de exploração dos recursos minerais, particularmente o carvão mineral. Este facto traz consigo alguns desafios, parte deles associados aos processos de reassentamento das comunidades retiradas das zonas onde se exploram os minérios. Alguns exemplos incluem o caso das comunidades de Benga e Capanga no distrito de Moatize, que, entre 2010 e 2014, foram reassentadas em Mualadzi. Em Mualadzi², o processo de reassentamento tem sido acompanhado por longas e intensas discussões e tensões, envolvendo as lideranças locais, que agem como intermediárias, em representação da comunidade no diálogo destas com o Governo e as empresas mineradoras³.

As notas que se seguem são parte de um trabalho mais amplo, realizado no âmbito da pesquisa intitulada *Governance at the Margins*, em que o IESE esteve envolvido, juntamente com o Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), da Universidade de Sussex, na Inglaterra. A pesquisa implicou a realização de uma extensiva observação na comunidade de Mualadzi, entre Setembro de 2019 e Janeiro de 2020. Também efectuou-se, a revisão da literatura e entrevistas abertas e semi-estruturadas aos líderes dos cinco bairros que compõem a comunidade de Mualadzi⁵. Este IDEIAS foca-se nas dinâmicas associadas ao processo de reassentamento, com destaque para o papel dos líderes locais, enquanto intermediários⁶.

(In)ação dos líderes comunitários?

O Art.4, do decreto 15/2000, faz referência que umas das áreas de articulação entre os órgãos locais do Estado e as autoridades locais é o "reassentamento e registo da população", atribuição que confere poder aos líderes para representar a comunidade nos assuntos do género. Entretanto, quando se analisa o caso de Mualadzi,

percebe-se que este artigo tem sido negligenciado, uma vez que as autoridades locais dificilmente conseguem desempenhar o seu papel no processo de reassentamento devido à falta de resposta por parte da Mineradoras⁷ e dos Órgãos Locais do Estado. Esta situação acaba por impactar negativamente na relação entre as autoridades locais e os membros da comunidade, uma vez que as autoridades locais são percebidas como ineficazes na resolução dos problemas da comunidade, tal como se pode constatar no excerto que se segue.

Aqui não está nada bem; a comunidade não se entende com a liderança. A empresa e o governo deitaram-nos aqui. [...] os problemas da comunidade ficam com os líderes. Não temos estrada, nem água.... sistema de água não temos; tínhamos no princípio, mas nunca mais foi reparado. Desde que se estragou em 2014, foram 11 bombas que queimaram; não temos nada para beber. Cada bairro tem uma bomba manual, insuficiente para todos... A empresa e o governo estão a nos marginalizar. As pessoas estão a sair daqui; estão a voltar para Moatize. [Em Moatize] pelo menos lá vendiamos brita e pescávamos; assim conseguíamos sobreviver. (Líder 4, entrevista, Mualadzi, 12 de Janeiro de 2020)

Os líderes comunitários têm conhecimento dos problemas existentes nos bairros de reassentamento e eles mesmos estão agastados com a precariedade dos serviços básicos providenciados nesses locais, e apresentam essas inquietações ao governo e a empresa mineradora. Mas também deixam claro que a sua pressão em nada muda a postura do Governo da mineradora, situação que resulta na perda da confiança das comunidades para com os líderes e, conseqüentemente, fragiliza a sua autoridade.

Não nos entendemos nem pouco, porque para eles [a comunidade] não falámos nada. Eles olham-nos como se estivéssemos a favor ao lado da empresa e do governo, mas, quando esses problemas tiverem resposta, a resposta será para todos nós também. Quando há reunião com o governo, [já] não podemos falar a favor da comunidade. (Líder 2, entrevista, Mualadzi, 16 de Novembro de 2019).

Por medo de represálias, alguns desses líderes resignam-se, escusando-se sequer a insistir na apresentação dos problemas das suas comunidades, tal como ilustram as falas de dois líderes locais.

Porque estamos do lado do governo, seremos chamados de agitadores, não podemos falar diante da comunidade. Se for para falarmos, falamos entre nós os líderes; não podemos dar mimo a comunidade. Normalmente, quando há reunião, sentamos entre nós os líderes; olhamos para aquilo que a comunidade precisa, escrevemos e entregamos a carta aos dirigentes que estarão aí, mas falar diante da comunidade não podemos (Líder4).

Pergunta (P)- *Porque vocês como líderes não expõem os vossos problemas, quando há reunião geral aqui na comunidade, com participação da administração distrital?*

Resposta (R)- *Não falamos porque seremos chamados de agitadores. Vão acusar-nos de agitar a comunidade (por isso) nós só ficamos calados nas reuniões; não podemos falar porque já falamos na nossa reunião entre líderes.*

P- *Se o facto de não falar nas reuniões diante dos membros da comunidade, faz com que esta perca confiança nos líderes, não acham que calados vocês perdem oportunidade de mostrar a comunidade que estão do lado dela?*

¹ Pelas correções e sugestões, vão os meus agradecimentos especiais a Lúcio Posse e Andissene Andisse, colegas no projecto *Governance at the Margins*, Egidio Chaimite, coordenador do projecto, e Sérgio Chichava, investigador do IESE.

² Como também se observou no caso da população de Chipanga, em Moatize, que foi reassentada na comunidade de Cateme pela Vale Moçambique a partir de 2006.

³ No Decreto 15/2000 utiliza-se o conceito de "Líder comunitário," que tem um campo conceptual mais vasto, pois engloba as autoridades tradicionais e outros líderes locais.

⁴ Mais detalhes sobre este projecto, ver <http://www.ids.ac.uk/A4EA>.

⁵ A comunidade de Mualadzi é composta pelos seguintes bairros: Nhanhanjo, Nphala, Ndzinda, Luane, Guluz. São nomes dos antigos bairros na região de Benga, de onde provêm as pessoas reassentadas em Mualadzi.

⁶ Intermediários são frequentemente percebidos como pessoas ou entidades que "representam", no sentido de possuírem direito legítimo de agir e tomar decisões em nome dos seus representados, conectando pessoas a autoridades de nível superior e outros tomadores de decisão para resolver os problemas das pessoas que representam (Barnes et al 2021).

⁷ Entre 2010 e 2011, a Riversdale reassentou em Mualadzi cerca de 71 famílias, tendo concencionado a Mina de Benga a Rio Tinto em 2012, que por sua vez reassentou 407 famílias de 2012 a 2014. Actualmente a mina esta sob tutela do consórcio indiano International Coal Ventures (ICVL).

R- *Entregamos apenas a carta que escrevemos entre nós os líderes, mas diante do chefe não podemos falar.*

P- *Porque não falam?*

R- *Não falamos porque temos de respeitar o que dizem, vão acusar-nos de agitar a comunidade. Essa é a recomendação.* (Líder 3, entrevista, Mualadzi, 14 de Novembro de 2019)

O sentimento de impotência e receio de represálias dos líderes também resulta do seu fraco conhecimento sobre os seus direitos e funções, uma vez que alguns líderes consideram que não devem fazer exigências porque a intervenção do governo sobre a sua comunidade é um favor ou oferta:

P- *A vossa relação com o distrito é boa?*

R- *Sim, é boa eles têm nos ouvido e sabem que temos razão, mas as coisas não acontecem.*

P- *Não acontecem porquê?*

R- *Eu não sei, mas temos estado a conversar com o governo; essas coisas de oferta são assim; se não querem não dão. Antigamente fazíamos reunião duas vezes por mês, falávamos sempre das nossas preocupações, [mas] eles não cumprem.*

P- *Acha que ter acesso a serviços básicos é uma oferta do Estado?*

R- *Sim, se eles é que dão, há lugares que tem isso sem pedir nem reclamar de nada.* (Líder 1, entrevista Mualadzi, 30 de Setembro de 2019)

Resposta semelhante a anterior é partilhada por outro líder, que também denota a sua resignação perante a falta de resposta:

P- *O que vocês como líderes estão a fazer?*

R- *Falamos com o governo para poder falar com a empresa para responder as nossas preocupações, pode ser uma por uma.*

P- *A comunidade, como reage a falta de resposta?*

R- *É assim mesmo, eles aceitam se as coisas são de ser oferecidas, vamos fazer o quê?* (Líder 4, entrevista, Mualadzi, 12 de Janeiro de 2020).

As percepções acima apresentadas contribuem bastante para o fracasso do processo de intermediação que as lideranças locais tentam levar a cabo. Nota-se que há um sentimento de impotência por parte deles, sobretudo em insistir junto do governo e da mineradora. Ora, uma vez que os problemas persistem, e perante a expressa incapacidade das lideranças locais, surgem outros atores, como é o caso do Comité de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) de Mualadzi⁸, também conhecido como 'o Comité'.

P- *Como é a sua relação com os residentes desta unidade?*

R- *As pessoas já não me respeitam aqui em Ndzinda [um dos cinco bairros de Mualadzi]. Quando chamo para reuniões, muitos não aceitam vir, nem trazem seus problemas aqui, tudo porque não conseguimos*

resolver os problemas que são comuns. Eu sempre digo que tentamos, mas já não me ouvem. Quando são reuniões do Comité estão lá, todos sábados tem tempo de ir ouvir o que aquele casal fala, tomam um Fiz com bolo e voltam para suas casas: os problemas da comunidade agora vão para Comité. (Líder 2)

...

P- *A comunidade tem falado nas reuniões?*

R- *Algumas pessoas falam, mas muito mais é o Comité que fala pela comunidade.*

P- *No seu ponto de vista sente-se confiado pela comunidade?*

R- *Sem respostas, não tem como [nos] confiar. As pessoas pensam que nós, com o governo, andamos juntos. Estas palavras saem mais dos membros do Comité; dizem que comemos com o governo, mas o governo também não tem dinheiro para fazer isso, por isso falamos com a empresa.* (Líder3)

Denota-se que o aparente maior dinamismo do Comité, percebido como o que fala e age visivelmente a favor desta comunidade, faz com que este seja mais valorizado e solicitado pelos habitantes de Mualadzi, fragilizando ainda mais a autoridade das lideranças locais. Ademais, o Comité sobressai como intermediário alternativo àquelas lideranças, o que, por sua vez, cria crispações, desta feita entre o Comité e as lideranças locais.

P- *Depois de levar as preocupações da comunidade, o que faz posteriormente? Tem prestado contas a comunidade?*

R- *Não, porque ainda não temos respostas do governo e da mineradora.*

P- *Há quanto tempo o senhor é líder?*

R- *Desde 2013.*

P- *2013, então deste período para cá, não têm tido respostas as cartas que submetem? Como é que a comunidade reage a esta falta de resposta aos problemas que colocam?*

R- *Eles sabem que têm que ter paciência. As coisas não acontecem daqui para aqui. Eu tenho que vir falar coisas concretas; não posso toda hora vir dizer que ainda não temos resposta. Vão se cansar de mim.*

P- *O que a comunidade faz diante desta falta de resposta?*

R- *Alguns tem ido ao Comité, Eles [do Comité] mandam cartas para o governo provincial. Até vão para lá falar com governador, desrespeitando e desvalorizando a liderança e o chefe da localidade.* (Líder 5, entrevista, Mualadzi, 30 de Novembro de 2019).

Portanto, as tensões e crispações não são somente entre as comunidades e as lideranças locais, mas também entre estas e o Comité, que emerge como alternativa às lideranças locais, sobretudo na intermediação entre as comunidades, o governo e as mineradoras. A razão das tensões entre as lideranças locais e o Comité tem que ver com o fato das primeiras considerarem que o Comité não só usurpa as suas funções, mas, canalizando diretamente os problemas das comunidades ao governo provincial, este também desrespeita e

desvaloriza o seu trabalho das lideranças locais. Assim procedendo, o Comité também põe em causa a legitimidade das lideranças de Mualadzi, pelo menos no entendimento destas.

Considerações finais

É possível perceber do exposto acima que as autoridades locais desempenham ou deveriam desempenhar um papel fundamental no processo de intermediação entre a comunidade, o Estado e as empresas mineradoras. No caso de Mualadzi, observou-se que alguns membros da comunidade se sentem abandonados por essas lideranças, a quem culpam pela fraca provisão de serviços básicos prometidos pela empresa mineradora e o Governo. Contudo, segundo os próprios líderes entrevistados, a comunidade canaliza esses problemas às lideranças, e estas, por sua vez, canalizam às entidades competentes, sem, contudo, respostas satisfatórias. Um dos principais problemas é que as lideranças pouco reportam as respostas e as suas ações às comunidades que representam, contribuindo, assim, para o seu crescente descrédito. Dado esse descrédito, alguns líderes até temem intervir em reuniões públicas, por medo de represálias por parte das populações, agravando a crise da sua legitimidade. No contexto desta crise, surgem novos actores, como é o caso do CGRN local, que procura agir a favor da comunidade, através de acções que incluem, por exemplo, o envio de cartas para o governo provincial e para as mineradoras apresentando as inquietações das comunidades. Com a crescente preponderância do CGRN, surgem desavenças com as lideranças locais, que veem o seu poder usurpado e culpam o CGRN pelo enfraquecimento das suas posições, enquanto líderes. Como ultrapassar este imbróglio? Esta questão persiste e o que está por detrás da mesma impacta sobremaneira nas dinâmicas de empoderamento e accountability em Mualadzi, um dos principais aspectos da análise da qual decorrem as notas que acaba de se apresentar.

Referências

Barnes, Katrina; et al (2021) 'Understanding governance from the margins: What does it mean in practice?', A4EA Policy and Practice Paper, Brighton: Institute of Development Studies. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/16975/Governance%20at%20the%20Margins%20What%20Does%20it%20Mean%20in%20Practice.pdf?sequence=5&isAllowed=y&mibextid=Zxz2cZ>.

Decreto n. 15/2000, de 20 de junho de 2000. Estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do estado com as autoridades comunitárias, Boletim da República, jun.2000. Disponível em: http://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Boa%20Governação/decreto_15_2000.pdf_aceso11_Fev.2021.

⁸ Entidade independente, que responde pelos problemas da comunidade no acesso a serviços públicos. CGRN de Mualadzi é gerido por uma mulher.